



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 30, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA,
sobre o Projeto de Lei do Senado nº 492, de 2018, que Altera a Lei nº
8.069, de 13 de julho de 1990, para proibir visitas íntimas a
adolescentes privados de liberdade.

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

RELATOR: Senadora Mailza Gomes

25 de Abril de 2019



PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 492, de 2018, da CPI dos Maus-tratos (SF), que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para proibir visitas íntimas a adolescentes privados de liberdade.*

Relatora: Senadora **MAILZA GOMES**

I – RELATÓRIO

Vem para o exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado nº 492, de 2018, que proíbe o que chama de “visitas íntimas a adolescentes privados de liberdade”. Para tanto, a proposição altera o inciso VII do art. 124 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), de modo a excluir do exercício do direito de visitas a possibilidade da ocorrência de intimidades corporais. O art. 2º da proposição determina a entrada em vigor da lei em que se converter na data de sua publicação.

À guisa de justificativa, a Comissão autora apresenta o relatório final de seus trabalhos, no qual se vê que a ocorrência do tipo de situação que a proposição visa a impedir é real e requer medidas legislativas.

A proposição foi distribuída para exame desta Comissão e, posteriormente, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Conforme o inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre matéria respeitante à

proteção da infância, e, por extensão, da adolescência, o que torna regimental o seu exame da proposição.

Não se enxergam óbices de constitucionalidade, pois a União é competente para legislar sobre a matéria e deve fazê-lo por meio do Parlamento e da lei, o que é o caso.

Tampouco a essência da matéria guarda problemas de juridicidade, pois que desdobra valores constitucionais e legais. Observamos, como veremos adiante, que o texto pode ser ligeiramente aprimorado, e oferecemos emendas nesse sentido.

Antes, porém, passemos ao exame do mérito.

A Comissão Parlamentar de Inquérito dos Maus-tratos, autora da proposição ora em exame, deparou-se com diversas práticas ilegais contra pessoas menores de dezoito anos. Todas tinham em comum a violência e a desconsideração para com esses cidadãos e cidadãs. A urgência das situações demandou medidas de urgência, que tomaram a forma de aumento das punições e das restrições previstas em lei. Foi possível observar o fato absurdo de que adolescentes em regime de privação de liberdade recebem, em algumas instituições, visitas em que ocorrem intimidades corporais.

Como sabemos, a finalidade da medida socioeducativa é dar continuidade ao processo de formação do adolescente, considerando sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Quando encontramos tais pessoas em regime de privação de liberdade, fica evidente que o processo de formação falhou seriamente, sendo necessária a intervenção do Estado para que o, ou a adolescente retome o rumo de um futuro valoroso e enriquecedor.

Pois o que a CPI dos Maus-tratos encontrou foram condições licenciosas no interior dos estabelecimentos em que se aplica o regime de privação de liberdade. Ou seja: a formação inadequada que ocorre no cotidiano desses cidadãos e cidadãs *prossegue* sob a tutela do Estado. E isso não pode ser admitido sob pena de danos graves, quiçá irreparáveis, ao próprio futuro da sociedade.

A medida ora em exame não deve ser tomada por uma panaceia que extinguirá todos os males, mas, sim como aperfeiçoamento da forma e do conteúdo das medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. A educação a cargo do Estado, por óbvio, deve incluir a regulação dos impulsos sexuais, de modo a dotar a pessoa de instrumentos

para governar seu próprio comportamento. A licenciosidade e a lubricidade não podem ser parte do ensinamento do Estado. Sua continência, ao contrário, deve sê-lo, sem que isso implique conotações moralistas ou que identifique na atividade sexual um problema em si.

Trata-se apenas de formação e de capacitação da pessoa em desenvolvimento para lidar consigo mesma. O Estado não pode negligenciar esse elemento decisivo na formação da personalidade. Levar a sério responsabilidades formativas sempre traz bons resultados.

A nosso ver, um pequeno ajuste terminológico se faz necessário para alinharmos o texto da proposição à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1988, que determina a uniformização das expressões a serem utilizadas na lei. Nesse sentido, observamos que a expressão “visita íntima” não ocorre na Lei de Execução Penal ou no Estatuto da Criança e do Adolescente. Por esse motivo, optamos por uma redação que descreva, em tons mais gerais, a situação que se pretende vedar, dirigindo-se a norma, assim, não apenas aos diretamente envolvidos, mas de modo a que toda a população possa compreendê-la (Lei Complementar nº 95, de 1998, art. 11).

Oferecemos, de modo a resolver esta questão, emendas que em nada alteram a intenção da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Maus-tratos e que, inobstante o fato de se dirigirem à ementa e aos dois artigos da proposição, não configuram emenda substitutiva, dado o caráter ligeiro e formal que possuem.

III – VOTO

Conforme as razões expostas, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 492, de 2018, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 -CDH

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 492, de 2018, a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para proibir visitas em que possam ocorrer intimidades corporais com adolescentes privados de liberdade.”

EMENDA Nº 2 -CDH

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 492, de 2018, a seguinte redação:

“**Art. 1º** O art. 124 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘**Art. 124.**

.....

VII – receber visitas, ao menos semanalmente, vedada a prática ou ocorrência de intimidades corporais.
.....’ (NR)”

EMENDA Nº 3 - CDH

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 492, de 2018, a seguinte redação:

“Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



Relatório de Registro de Presença
CDH, 25/04/2019 às 09h - 26ª, Extraordinária
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
TITULARES	SUPLENTES
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS
MARCELO CASTRO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
MAILZA GOMES PRESENTE	4. VAGO
VAGO	5. VAGO

Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PSL, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO GIRÃO PRESENTE	1. SORAYA THRONICKE PRESENTE
STYVENSON VALENTIM PRESENTE	2. ROMÁRIO PRESENTE
LASIER MARTINS PRESENTE	3. ROSE DE FREITAS
JUÍZA SELMA PRESENTE	4. MARA GABRILLI

Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
TITULARES	SUPLENTES
FLÁVIO ARNS PRESENTE	1. ALESSANDRO VIEIRA
ACIR GURGACZ PRESENTE	2. VAGO
LEILA BARROS PRESENTE	3. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTES
PAULO PAIM PRESENTE	1. PAULO ROCHA
TELMÁRIO MOTA	2. ZENAIDE MAIA PRESENTE

PSD	
TITULARES	SUPLENTES
AROLDE DE OLIVEIRA	1. SÉRGIO PETECÃO
NELSINHO TRAD	2. LUCAS BARRETO PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (PSC, PR, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
MARCOS ROGÉRIO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

Não Membros Presentes

IZALCI LUCAS
JORGE KAJURU
JAYME CAMPOS
WELLINGTON FAGUNDES

DECISÃO DA COMISSÃO

(PLS 492/2018)

NA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DA SENADORA MAILZA GOMES, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL AO PROJETO, COM AS EMENDAS NºS 1, 2 E 3-CDH.

25 de Abril de 2019

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação
Participativa